O que mantém o Brasil fora do Mapa da Fome?

Videocast "Tá na Mesa" (MDS) — episódio 2 da série de seis episódios — https://www.youtube.com/watch?v=P_ubY7Wn3Q8

Apresentação: Érica Braz e Isadora Santos. Convidadas: Valéria Burity (secretária extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS) e Elisabetta Recine, a "Beta" (presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea). Participação em vídeo: Luciane Rocha Lima (secretária de Assistência Social de São Cristóvão, Sergipe).

1. Transcrição integral editada

Falas completas, na ordem cronológica, com ajustes de redação para facilitar a leitura (retirada de marcas da oralidade, repetições e hesitações). Siglas e nomes grafados incorretamente pela transcrição automática foram corrigidos (Consea, Sisan, Caisan, Josué de Castro, Bolsa Família, Brasil Sem Fome etc.). A transcrição não identifica qual das duas apresentadoras fala em cada momento; a atribuição entre Érica Braz e Isadora Santos foi inferida pelo contexto. Trechos duvidosos estão entre colchetes.

Vinheta de abertura

Elisabetta Recine: Existe ainda muito preconceito na sociedade. Quando você acha que uma pessoa empobrecida está naquela situação porque quer, porque é preguiçosa, porque não tem força de vontade, e que, consequentemente, está passando fome por causa disso, a gente está criando um preconceito que é uma barreira para a solução.

Apresentação do episódio

Érica Braz: Bem-vindos ao *Tá na Mesa*, um espaço para a gente falar sobre o Brasil. Eu sou a Érica Braz e, ao meu lado na apresentação, está a Isadora Santos. Oi, Isa, tudo bem?

Isadora Santos: Oi, Érica, e olá a todos que nos acompanham neste videocast e também a quem está nos ouvindo na versão podcast. Muito obrigada pela audiência.

Érica Braz: No primeiro episódio, Isa, colocamos na mesa o assunto Mapa da Fome: entendemos o que é o Mapa da Fome e a importância de o Brasil ter saído desse mapeamento. Hoje, o *Tá na Mesa* vai abordar o que precisa funcionar para valer para combatermos a fome no Brasil, para erradicarmos esse problema. Para isso, temos convidadas especiais, que a Isa vai apresentar.

Isadora Santos: Exatamente. Para nos ajudar a responder a essa pergunta, convidamos duas especialistas que acompanham o combate à fome por duas perspectivas diferentes. Valéria Burity, seja muito bem-vinda: ela é secretária extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do MDS. E Elisabetta Recine, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que é um espaço de participação da sociedade na construção e no acompanhamento das políticas de segurança alimentar. Sejam muito bem-vindas ao *Tá na Mesa*.

Valéria Burity: Muito obrigada. Vamos lá conversar, então.

Elisabetta Recine: Obrigada, Isa. Obrigada, Érica. É uma alegria estar aqui com vocês.

Isadora Santos: A alegria é recebê-las.

Um breve histórico do combate à fome no Brasil

Érica Braz: Vou chamar você de Beta, como combinamos fora do ar.

Elisabetta Recine: Por favor.

Érica Braz: Eu sei que a Beta tem no HD dela um histórico maravilhoso sobre como o Brasil vem combatendo a fome ao longo dos anos, e vou começar justamente pedindo esse histórico — talvez um comparativo entre décadas. O que o Brasil tem feito, Beta, nos últimos anos em relação a essa pauta? Conta para a gente.

Elisabetta Recine: Eu conto, mas vou tentar ser sintética, porque o nosso país tem muitas qualidades e muitas condições, mas também muitos desafios. A fome, infelizmente, é uma companheira secular da nossa história. E acho que há alguns marcos.

Primeiro, talvez as pessoas já tenham ouvido falar de alguém muito importante nesse histórico, não só no Brasil, mas no mundo: Josué de Castro. Quem trabalha com comida, com alimentação, com fome, com soberania alimentar, em algum momento sempre vai falar do Josué. Ele era um médico pernambucano que fez estudos e chegou a uma conclusão que hoje é muito óbvia — mas que, infelizmente, ainda não é óbvia para todo mundo: a fome não é um fenômeno natural, é resultado das nossas escolhas políticas e econômicas. E ele escreveu um livro que é um ícone, *Geografia da Fome*.

A *Geografia da Fome* tem se reinventado ao longo dos anos, porque não é fácil acabar com a fome. A fome tem raízes muito estruturais, em todos os países e aqui também. Quando falamos de racismo, a fome está lá. Quando falamos de desigualdade de gênero, a fome está lá. Quando falamos de pessoas que não têm terra nem território, a fome está lá. Então, há muitas camadas para acabar com a fome. Talvez a que reduz os grandes números seja — não a mais simples, mas — a que atingimos mais rapidamente, se houver compromisso para isso. Mas existe um processo que ainda precisa andar e que exige o compromisso de toda a sociedade.

O Brasil tem uma história, felizmente, muito virtuosa em relação a isso, e ela nasce na sociedade civil. Quando você vê as pessoas lutando por reforma agrária, contra o preço dos alimentos, exigindo políticas sociais, elas estão lutando contra a fome. E houve um momento em que isso deixou de ficar só na sociedade civil: o Estado brasileiro assumiu essa responsabilidade.

Temos um marco fundamental, que é 2003 — na verdade, o fim de 2002 —, quando o presidente Lula vence a eleição para o seu primeiro mandato e declara, num momento maravilhoso, em plena rua, que terá atingido o objetivo da sua vida quando todas as pessoas no Brasil tiverem café da manhã, almoço e jantar. E assim ele começa a implementar a estratégia Fome Zero, que é o início desse processo de articulação de diferentes ações. Porque precisamos produzir alimento, mas as pessoas precisam ter acesso a ele; e elas também precisam de saúde, de educação. As coisas precisam estar interligadas.

Depois do Fome Zero, as coisas foram evoluindo. Criamos em 2006 um sistema com essa responsabilidade — e a Valéria hoje é a responsável pela sua implementação. Pela primeira vez, saímos do Mapa da Fome em 2014, como resultado de todo esse compromisso. Mas depois voltamos. Por quê? Porque o compromisso foi desfeito. Em 2023, esse compromisso foi refeito, esse pacto foi assumido

novamente, publicamente, e temos agora, em 2025, esses resultados. O nosso grande desafio agora é não só estar fora, mas nunca mais voltar.

Depois podemos conversar mais sobre os detalhes dessa articulação, dessa conversa entre os setores de governo e os diferentes programas que vão dando conta das diferentes dimensões — porque a fome não é homogênea. A fome nos povos indígenas tem uma expressão; a fome na cidade tem outra; a fome no campo, outra. Precisamos dessa precisão da política pública para que ela chegue mais perto do problema e consiga resolvê-lo.

Valéria Burity: Traz para a gente, por favor, o Consea nessa história. Você está esquecendo do Consea!

Elisabetta Recine: Lógico, por favor. De jeito nenhum é possível esquecer do Consea — é o que a Valéria falou, é impossível. Veja: em 2003, a formulação da estratégia Fome Zero é resultado do trabalho de muita gente conversando, discutindo, com muitas visões de Brasil, muito conhecimento sobre o país, gente de todos os cantos, e uma presença muito marcante das organizações e dos movimentos sociais, que trazem para essa discussão a sua experiência, a sua prioridade, a sua proposta de como resolver o problema.

O Consea já tinha tido uma vida curtinha em meados da década de 1990 — não vou falar sobre isso, porque vai alongar —, e foi extinto. Quando o presidente anuncia a estratégia Fome Zero, ele anuncia também a volta do Consea: quando o Fome Zero chega à mesa, o Consea é reinstalado.

E o Consea é um espaço muito precioso. Eu sei que sou completamente suspeita...

Érica Braz: Suspeitíssima.

Elisabetta Recine: Suspeita. Mas ele é precioso, assim como todos os outros conselhos de políticas públicas que o Brasil tem — saúde, assistência social, povos e comunidades tradicionais. Porque é a sociedade civil dizendo que a política pública precisa funcionar assim, ou precisa ser reformulada por isso ou por aquilo; dizendo se a política está funcionando ou não; e trazendo a prioridade de uma maneira muito precisa, porque está vivendo aquele problema e sabe por que ele está acontecendo.

Mais do que isso: a sociedade civil não vai lá só dizer "eu quero isso, eu quero aquilo", ou "isso funciona, isso não funciona". Ela leva experiências para dentro da conversa. Muitos programas absolutamente reconhecidos no Brasil — e muitos no mundo — são experiências que nasceram nos territórios. A sociedade dá isso ao Estado brasileiro, contribui com isso. Talvez o Estado nunca tivesse condição de ter uma análise e um conhecimento tão fino, tão detalhado da vida. Então, a sociedade pede, vigia e propõe. E o Conselho é um exemplo muito precioso disso, porque temos dentro dele uma diversidade incrível da nossa sociedade.

Érica Braz: Perfeito. E essa é uma trajetória que tornou o país uma referência internacional no combate à fome e na segurança alimentar e nutricional.

Como funcionam as engrenagens: Consea, Caisan e Plano

Isadora Santos: Então, secretária Valéria, como a Beta muito bem pontuou, já entendemos que todo esse funcionamento é uma engrenagem. Queria que você contasse um pouco mais como funcionam essas diferentes políticas, ações e instituições.

Valéria Burity: Perfeito. Queria só fazer um comentário sobre a fala da Beta, porque ela trouxe elementos muito preciosos. Primeiro, quando ela fala de Josué de Castro: a importância de alguém que diz que a fome não é natural, que é resultado de uma escolha política — e que também podemos escolher não ter fome. Essa é uma primeira questão muito relevante. A segunda é quando ela diz que 2003 é um marco: quando o chefe do país diz que esse é um tema prioritário. Sempre que uma agenda é prioritária, conseguimos recursos, pessoas, criar instituições, criar leis — esse conjunto de coisas que pode melhorar a vida das pessoas. São elementos importantes, porque é a partir daí que esses mecanismos que você quer que expliquemos passam a funcionar.

Quando Lula começa em 2003 e coloca o Fome Zero como prioridade de governo — com o grande objetivo de que todo mundo pudesse tomar café, almoçar e jantar —, ele primeiro chama o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para bem pertinho dele. O Conselho tem o papel de assessorar o presidente da República, de dizer: "Presidente, isto aqui é bom, isto aqui é ruim; há fome por causa disto; este grupo precisa de mais política; este grupo está dizendo que esta política é mais adequada para chegar até ele".

Um exemplo disso são as cisternas. Eu sou nordestina, do Piauí. Quando você vê uma cisterna — uma forma de captar a água da chuva numa região muito seca, que dá acesso a água para consumo e para produção, e que salvou a vida de milhares de pessoas —, percebe como é importante ouvir a sociedade civil para criar uma política que realmente seja efetiva, porque ela vem da fala de pessoas que, como a Beta disse, vivem aquele problema e, portanto, têm uma solução para ele. Imagina você ter um problema na sua casa e chegar alguém de fora dizendo como vai resolver. Quem sabe como está vivendo é você. Você pode chamar um profissional, mas ele vai ter que te ouvir. Então, o primeiro elemento é esse: a participação social, por meio do Consea.

Esse Conselho — que vou chamar a partir de agora só de Conselho — foi desenhando um sistema. Assim como há um sistema para garantir a saúde, que é o SUS, o Conselho desenhou um sistema para garantir a alimentação como direito no nosso país. Propôs que fosse criada uma Câmara para reunir vários órgãos de governo: quem produz alimento, quem garante renda, quem é responsável pela política econômica, quem é responsável pela política ambiental — todo mundo junto, para se organizar e conseguir produzir, comercializar e consumir alimentos de um jeito bom para todo mundo. Essa é a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a Caisan.

E propôs também — vou deixar a Beta falar da Conferência — que, a partir das recomendações do Conselho, que, como a Beta disse, pede, vigia e propõe, se criasse um Plano. O que é um plano? É como o governo se organiza: como vou garantir a alimentação como direito para todo mundo? Quais são as minhas prioridades? Quais recursos tenho para isso? Em quanto tempo? Então, o Conselho, junto com a Câmara, criou esse plano para garantir o direito à alimentação de todas as pessoas no Brasil.

Essas são as principais engrenagens: o Conselho e a Câmara, que juntos fazem o Plano. E esse desenho — conselho, câmara, plano — também existe nos estados e nos municípios. Esse mutirão de gente conversando, governo federal com governos estaduais e com a sociedade civil, é o que chamamos de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sisan.

O Sisan na prática

Érica Braz: Muito bem. O Sisan, sobre o qual também vou pedir para você falar um pouco, Beta: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, uma estrutura que conecta governo e sociedade, como a secretária brilhantemente explicou. Queria que você dissesse como ele funciona na

prática e qual é o papel, dentro do Sisan, da União, dos estados, dos municípios e dessa sociedade, que também precisa se interessar e se inteirar sobre o Sisan. Vamos deixar o Sisan famoso, Beta?

Elisabetta Recine: Na verdade, ele é famoso, só que as pessoas não sabem o nome dele.

Érica Braz: É como aquela pessoa conhecida cujo nome você não sabe.

Valéria Burity: Você conhece o rosto de algum lugar.

Elisabetta Recine: Mas é verdade. Veja: quando as pessoas vão a um restaurante popular, a uma cozinha solidária, quando pegam algum alimento num banco de alimentos, quando veem a agricultura familiar colocando comida dentro das escolas, quando, num Centro de Referência de Assistência Social, alguém é atendido e encaminhado para outro tipo de ação relacionada à alimentação — isso é o Sisan.

Acontece que o Sisan tem 20 anos. E alguém diz: "20 anos é muito". Não, 20 anos não é nada quando se pensa em estruturar isso dentro da máquina pública. Pense em quantos anos tem o SUS, como evoluiu e quanto ainda tem para evoluir. Desde 2006, quando o Sisan foi aprovado no Congresso Nacional, até hoje, aconteceu muita coisa. Há uma evolução importante, mas também é importante lembrar que ele passou por uma paralisia — não de quatro, mas de seis anos, para falar a verdade. Então, em termos de implementação, de prioridade, de trabalho para que ele exista, podemos pensar em uns 15 anos. É muito pouco tempo, mas isso não quer dizer que pouca coisa tenha acontecido.

Vamos lá. Quando a lei cria o sistema, a primeira coisa que diz é que ele existe para articular os diferentes setores, como a Valéria falou. Porque, se você pensa no seu prato de comida, não pode olhar só para ele: tem de olhar para os lados, para trás e para a frente. Quem produziu? Como produziu? Como foi transportado? Como foi comercializado? Você conseguiu comprar ou não? Quais alimentos estão perto de você? Qual é o preço deles? O preço é fundamental. Tudo isso envolve uma série de setores.

E há algo muito importante hoje que talvez não fosse tão visível quando o Sisan foi criado: tudo isso está ajudando ou piorando as mudanças do clima? É por isso que todos esses setores aparecem na Câmara Interministerial de que a Valéria falou e participam também do Conselho. Porque nenhum setor, por mais competente que seja, vai conseguir lidar com esse problema de maneira eficiente e sustentável sozinho. Todo mundo tem de estar sentado no mesmo espaço, negociando prioridades, negociando orçamento, pactuando compromissos.

Então, o Sisan é extremamente importante, mas também extremamente desafiador. Por quê? Porque trabalhamos em caixinhas. Nem é preciso estar no governo para perceber isso: se você tem uma profissão ou um tema de que gosta, sua tendência é pensar só naquilo e fazer só daquele jeito. O Sisan exige que você se sente à mesa e ouça o que o outro diz que é importante; que compreenda que ele tem um jeito de fazer, que talvez ele tenha de mudar um pouco esse jeito — mas que você também tem de mudar. O Sisan é essa engrenagem que vai fazendo as coisas se ajustarem. Às vezes elas se ajustam bem, às vezes regridem, às vezes avançam.

Valéria Burity: É isso mesmo, Beta: tem de haver o envolvimento dos prefeitos, dos secretários, dos governadores.

Elisabetta Recine: Estamos chegando nessa fase. Quando o Conselho Nacional foi criado, já existiam alguns poucos conselhos estaduais, mas rapidamente passamos a ter conselhos e também câmaras intersetoriais em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. Então, já tínhamos uma camada de

articulação no nível do governo federal e outra no dos governos estaduais. E agora estamos descendo para os municípios. Quantos temos agora?

Valéria Burity: Quase 2.500.

Elisabetta Recine: Quase 2.500 — estamos chegando perto de 50% dos municípios brasileiros. Isso é maravilhoso, mas coloca um desafio: a maior parte dos nossos municípios tem até 20 mil habitantes. Precisamos adequar a forma como o sistema funciona nesses municípios. Um município de 20 mil habitantes é diferente de uma cidade como São Paulo, ou mesmo como Brasília, que é meio estado, meio município.

O que acontece? A Câmara é o espaço onde o governo conversa e recebe as propostas, as demandas e o monitoramento dos conselhos. Ele recebe, analisa, faz balanços, aceita umas, não aceita outras, e os conselhos vão acompanhando, cobrando, vendo o que foi aceito e o que está sendo implementado. Nos conselhos, estamos o tempo todo misturando a conversa entre sociedade civil e governo: quem está na Câmara Intersetorial também está dentro do Conselho, porque não adianta a sociedade civil conversar sozinha. Precisamos fazer os pactos dentro do Conselho — e também as disputas. Ele é maravilhoso, mas não é um paraíso. O que quero dizer? Há diferenças dentro da sociedade civil e entre a sociedade civil e o governo. É um espaço democrático, onde eu posso colocar a minha demanda e a minha opinião, você pode concordar ou discordar e colocar os seus argumentos, e tentamos chegar a um consenso, a um acordo, para fazer uma proposta, que enviamos à Câmara Interministerial e também à Presidência da República.

Quero falar só de mais um momento. Pensando na estrutura do sistema, no topo dela está a Conferência Nacional. Muitas pessoas já ouviram falar que o Brasil tem Conferência Nacional de Saúde, de Assistência Social, de Mulheres. Nós também temos uma conferência. É um processo que começa nos territórios, nos municípios, nas regiões: vão discutindo, elegendo delegados; chega ao estado, o estado discute, elege delegados, e chega ao nível nacional.

Érica Braz: Vão botando numa mala e trazendo para Brasília.

Elisabetta Recine: Exatamente. E essa imagem é bem legal, porque cada pessoa que chega a uma conferência nacional não chega sozinha: chega representando todo esse histórico. E isso é muita responsabilidade. Ninguém, dentro de um conselho, fala em nome pessoal; fala em nome daquilo que representa. Essa é a força.

O Sisan no município: a experiência de São Cristóvão (SE)

Isadora Santos: Ai, Beta, muito obrigada por essa explicação. Agora que entendemos um pouco mais como o Sisan funciona, vamos ver tudo isso na prática. Vamos juntos até São Cristóvão, em Sergipe, conhecer com a Luciane Rocha Lima como o Sisan chega ao município e como essa articulação ajuda a garantir a segurança alimentar da população. Vamos assistir?

Luciane Rocha Lima (vídeo): Falar do Sisan é falar da importância da organização de um sistema municipal de segurança alimentar e nutricional que de fato consiga articular diversas instâncias e promover o enfrentamento coletivo da insegurança alimentar e nutricional da população. Aqui em São Cristóvão, temos um sistema de segurança alimentar bastante potente, bastante estruturado. Temos um funcionamento efetivo da Caisan, que discute todas as demandas da população e as demandas

institucionais relacionadas às ações de enfrentamento da insegurança alimentar em diversas políticas públicas, como educação, saúde e agricultura familiar.

Temos um conselho efetivo, que promove a participação das instituições não governamentais na discussão e na promoção das ações de enfrentamento da insegurança alimentar do nosso município. Temos um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído, constantemente monitorado e avaliado. E há a articulação, a intersetorialidade, junto com a criação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN). Fomos o primeiro município do nosso estado e da região Nordeste a criar um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. É essa instituição que articula, que promove a intersetorialidade e que faz a governança desse sistema municipal. É isso que faz com que todas as nossas ações de fato cheguem à população e promovam a segurança alimentar — e que nos permite identificar o quanto essas ações conseguem levar a nossa população a outro patamar e garantir o direito básico de toda a humanidade, que é a alimentação regular e de qualidade.

Érica Braz: Muito bem. Que gracinha a Luciane. Quero agradecer a ela, secretária de Assistência Social de São Cristóvão, Sergipe, por ter gravado esse vídeo para nós, mostrando que o Sisan está funcionando lá. São Cristóvão está de parabéns, não é, secretária? E queria saber da senhora como o Sisan chega às famílias. Ouvimos a Luciane falar de São Cristóvão, mas pensando em todo o Nordeste, em todo o Brasil: como o Sisan impacta a vida da família brasileira?

Valéria Burity: Foi importante ouvir a Luciane, porque temos pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — esse grande instituto que faz um conjunto de pesquisas no Brasil — mostrando que, nos municípios, há um conjunto de ações, como feiras, restaurantes comunitários, cozinhas, agricultura urbana. O próprio município, independentemente do dinheiro que recebe do governo federal, tem um conjunto de ações. E o Sisan tem justamente o papel de fortalecer a produção de alimentos no local, garantir que os preços ali sejam acessíveis para a população e que as pessoas consigam encontrar uma comida de qualidade, boa, que faça bem para a saúde.

O município tem um papel muito relevante de estar ali no dia a dia, lidando com a vida, com as pessoas que moram nele. E há muitos programas do governo federal executados pela prefeitura. Por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar: é recurso do governo federal, mas também tem uma parte de recursos do governo do estado e do município, e quem vai estar ali dialogando com as pessoas é o pessoal da prefeitura. Mesmo no Bolsa Família, quem vai à casa das pessoas é o Centro de Referência de Assistência Social. É o município que lida com as pessoas. As pessoas moram nas cidades, e a prefeitura é a primeira face do Estado com que elas se relacionam e se identificam.

Então, como o Sisan chega aos municípios? Primeiro, o município tem de manifestar interesse: "Eu quero fazer parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional". Depois, vai ter de criar o seu conselho; criar a câmara de que a Beta falou, para que a agricultura converse com a saúde, com a assistência; e vai ter de ter um plano. Por que o plano de segurança alimentar é importante? Porque ele vai olhar para aquele município e dizer: quais problemas de segurança alimentar eu tenho aqui? Que potencial tenho para produzir ou oferecer alimentos adequados e saudáveis? Esse plano vai tirar um retrato da cidade e organizar as ações de segurança alimentar dos governos federal, estadual e municipal naquele local.

E o que chega às pessoas é o que a Beta falou: as ações concretas. Quando falamos de governança — um nome esquisito —, é justamente isso: como implementamos uma ação pública, como decidimos o

que é prioridade, como discutimos que recursos usar. Isso é governança. Então, o Sisan chega às pessoas por meio desses programas: a alimentação escolar, um restaurante, uma cozinha.

Érica Braz: E nada melhor do que o gestor municipal para entender o que precisa ser feito no seu município, não é, secretária?

Valéria Burity: Perfeito. Porque nós, aqui em Brasília, desenhamos para um país, para uma ideia de país; mas o país, de fato, está funcionando lá, localmente. A governança serve para tomar decisões considerando esse conhecimento local do gestor, as demandas da sociedade, aquilo de que a sociedade está reclamando. Como a Beta disse, cada contexto vai exigir um tipo de ação. Se você vai à periferia de uma grande cidade, as pessoas vão exigir emprego, escola, transporte, comida de qualidade perto delas para que possam comprar, e dinheiro para comprar esse alimento. Se você vai a povos e comunidades tradicionais, que dependem do seu território para produzir e consumir alimentos de acordo com a sua identidade — por exemplo, o povo Guarani Kaiowá, que fala em *tekoha*, o território para que possam existir do jeito que são —, a demanda central será o acesso ao território. Cada grupo, cada contexto vai exigir política pública. E criamos essa governança — que não é algo abstrato — para entender quais programas têm de vir, quais têm de estar articulados e como eles chegam às pessoas.

E algo que temos visto — há muita pesquisa sobre isso — é que não basta uma ação. Geralmente, não é só ter acesso ao Bolsa Família. Se a pessoa tem acesso ao Bolsa Família, à alimentação escolar, consegue pagar menos pela comida no restaurante, ela vai organizando a vida da família de um jeito que consegue superar a pobreza, sair de um ciclo de violação de direitos. É esse conjunto de políticas públicas que precisa estar integrado, dialogar e atender as pessoas certas nos municípios. Por isso é tão importante ouvir a experiência da Luciane, lá em Sergipe.

Érica Braz: Como hoje estou literalmente vestida de MDS, quero exibir um número nosso que a senhora ainda não exibiu — então vou convocá-la a exibir: o número de municípios que aderiram ao Sisan. Já foi mencionado muito rapidamente na conversa, mas não era assim antes.

Valéria Burity: Em 2023, estava bem baixinho: eram 536. Agora são quase 2.500 — 2.460.

Érica Braz: Vamos exibir mais esse número maravilhoso, secretária.

Valéria Burity: Possivelmente, quando divulgarmos este episódio, já estaremos além disso — então já vou dizer que estaremos com mais de 2.500. Parabéns aos gestores municipais, aos prefeitos e secretários que aderiram ao Sisan e tomaram para si essa pauta.

Érica Braz: E estão combatendo a fome.

Valéria Burity: Sim, porque o Sisan é esse esforço coletivo: é a sociedade civil, é o governo federal, estadual e municipal. É reunir todo mundo em torno de um objetivo comum, que é a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

A Caisan e a articulação entre estados e municípios

Isadora Santos: Muito bem, perfeito. E, dentro desse ecossistema, quero trazer um pouco mais sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a Caisan. Beta, conte um pouco mais como a Caisan entra nessa estrutura.

Elisabetta Recine: O sistema, na sua origem — a Valéria disse que essa ideia nasce nas conferências, muito antes de existir o Fome Zero; já havia conferências —, surgiu porque a sociedade e todo mundo que estava junto nessas conferências começou a pensar: precisamos de programas, mas precisamos que eles estejam dentro de algo que faça com que as coisas se articulem e se coordenem. Foi assim que o sistema foi pensado. E, na origem, ele tem dois pilares: a participação social e a intersetorialidade.

A intersetorialidade, no caso federal, são os ministérios. Atualmente, temos 24 ministérios dentro da Câmara, e esses 24 estão também dentro do Conselho. Isso acontece também nos estados e agora está acontecendo nos municípios. Esse número não é fixo: não é porque há 24 no nível federal que tem de haver o mesmo nos estados e municípios. Estados e municípios têm liberdade para analisar como estão estruturados e quais são seus principais problemas, e organizam a sua Câmara Intersetorial. Há estados com 10, outros com 15, outros com 8 — isso não importa tanto. O que importa é que, seja qual for o número, eles se sentem, conversem sobre o que precisam, analisem a realidade do estado ou do município e decidam suas prioridades.

Então, a Câmara Intersetorial — ou Interministerial, no nível federal — é o espaço onde os diferentes setores se sentam e discutem. Muitas vezes discutem uma questão ou um problema específico que algum setor levou; esse setor é o principal responsável por resolvê-lo e está ali relatando, prestando contas aos outros. Mas há questões em que mais de um setor precisa se envolver, e aí é preciso negociar: é prioritário ou não? Sendo prioritário, como vamos atuar? Como vamos nos articular? Quanto recurso temos? Qual é a nossa meta? Em quanto tempo queremos chegar ao resultado? É um processo de planejamento e de pactuação.

E há algo importante, exatamente no momento em que estamos — e quem fez tudo isso dentro da Caisan foi a Valéria, logicamente em diálogo com o Conselho; mas eu vou contar e depois você me corrige.

Valéria Burity: Você falando do Conselho, eu falo da Caisan.

Elisabetta Recine: É o seguinte. No nível estadual, todos os estados e o Distrito Federal têm câmaras. Mas não basta cada estado ter a sua: eles precisam conversar entre si, porque o problema é nacional, ainda que seja específico — há um estado com mais problemas que outro, um que resolveu melhor que outro. Pensando na política pública federal, na destinação de recursos, em como o governo federal vai apoiar, é preciso haver um lugar onde todas as câmaras se sentem. E é isso que está acontecendo neste momento: todas as câmaras estão se sentando juntas para fazer acordos. Não é mais só cada estado conversando internamente, mas os estados conversando entre si.

Já temos isso há bastante tempo com os conselhos estaduais: dentro do Conselho Nacional há uma comissão específica de presidentes de conselhos estaduais, que conversam entre si: o que está funcionando? O que não está? Onde está o problema? Como você resolveu esse problema? O que precisamos levar ao governo federal para resolver? Como você me ajuda a resolver o problema no meu estado? Então, estamos caminhando para ter não só uma organização interna em cada estado, mas entre os estados, tanto no Conselho quanto na Câmara.

E o nosso próximo passo — eu sempre brinco que às vezes ficamos meio apavorados, mas acho que é um bom problema — é pensar como fazer isso com os municípios. O município tem de conversar internamente, mas os municípios têm de conversar entre si, e o estado tem de conversar com os seus municípios. É como um caleidoscópio: você vai girando, ele muda de forma, mas sempre fica lindo. Só precisamos ver como organizar as peças. Falei certo?

Valéria Burity: Certíssimo, certíssimo.

Para além da fome: obesidade, alimentação inadequada e mudanças climáticas

Érica Braz: Então, vamos colocar todo mundo para conversar — que é o que estamos fazendo aqui. Agora, gente: a fome é um problema na busca pela segurança alimentar, mas não é o único. Posso trazer aqui três ideias: obesidade; alimentação inadequada — porque não é qualquer alimento que consideramos segurança alimentar —; e as mudanças climáticas, que a Elisabetta já citou e que estão entre os principais problemas que nos impedem de alcançar a segurança alimentar. Secretária, queria que a senhora falasse um pouco desses desafios para além da fome.

Valéria Burity: É importante falar disso, porque fica mais evidente por que precisamos de um sistema para responder a essas diferentes questões, que, na verdade, têm causas comuns. Pode parecer contraditório ou diferente uma pessoa com fome e uma pessoa com obesidade, mas, quando olhamos, há causas comuns. Quem ganha menos às vezes tem de escolher um alimento mais barato, que não faz tão bem à saúde. Isso entra muito na questão dos chamados ultraprocessados, que, na verdade, não são alimentos: são fórmulas com muita gordura, muito sal, corante. Aplicam essa lógica de baratear um produto e colocam naquilo que se chama de ultraprocessado.

Então, entram a renda; a educação, para que você tenha informação e entenda o impacto que aquela comida terá no seu corpo e na sua saúde; e o que chamamos de ambiente alimentar: onde você está, se consegue ter acesso a uma alimentação saudável, que faça bem à saúde, a um bom preço. Quando olhamos para tudo isso, temos um nome: sistemas alimentares. Não estamos falando só do acesso à alimentação, mas de como o alimento é produzido; depois, como é tratado; depois, como é vendido, comercializado e consumido. E, depois que consumimos, será que o nosso corpo consegue aproveitar? Se estivermos com alguma doença, podemos comer e não conseguir aproveitar aquela comida. Há muita coisa antes do prato, como a Beta disse. Falar de sistemas alimentares é olhar o que vem antes do prato: por onde a comida passou até chegar a ele.

Quanto aos desafios que você elencou: há muita gente que está, às vezes, com fome e com sobrepeso ou obesidade; há muita gente com obesidade. Costumamos dizer que isso revela muitas desigualdades, porque, quando olhamos para essas questões — fome, sobrepeso —, elas afetam as pessoas mais empobrecidas, muitas vezes as mulheres. São causas comuns.

Há também, especialmente no Brasil, a forma como usamos a terra, o solo, que está emitindo muitos gases de efeito estufa — ou seja, contribuindo para as mudanças climáticas. Então, é importante produzir alimentos sem contribuir para esse problema. E, quando provocamos mudanças climáticas, isso acaba afetando também a segurança alimentar. O que estamos vendo no Brasil — e todo mundo, em qualquer lugar, está vendo? Mais seca, mais enchente, quebra de safra. Fica mais difícil saber o que vamos produzir e como, e isso pode gerar um alimento mais caro.

Érica Braz: Estamos gravando aqui com o El Niño lá fora destruindo as estações do ano, não é, secretária? Eu fico pensando nos produtores.

Valéria Burity: Isso. Fico pensando nos produtores de alimentos no Brasil e no mundo.

Érica Braz: Estão enlouquecidos.

Valéria Burity: Exatamente. Então, são todos esses problemas. Como superamos a fome — ainda temos um pequeno percentual de pessoas passando fome no Brasil — e outras formas de má nutrição, como obesidade e sobrepeso? Como superamos as desigualdades? Por que alguns grupos acabam sofrendo mais com a fome e com outras formas de má nutrição? Como a Beta disse, tem a ver com raça, com gênero, com a questão dos territórios — as regiões Norte e Nordeste. Superando essas desigualdades, conseguimos produzir alimentos de forma mais autônoma.

Estamos vendo esse conflito de que todo mundo está falando: quando há um conflito internacional em outros países, isso afeta o Brasil, porque dependemos de energia, de combustível, de outros insumos que fazem uma viagem muito longa até chegar aqui. Então, é importante conseguirmos produzir com mais independência, produzir alimentos sem depender do que vem de outros países, e distribuir os alimentos de maneira mais igual. Quando olhamos para o nosso país, por exemplo, a produção de arroz está muito concentrada no Sul. Uma iniciativa do governo federal, como o Arroz da Gente, está tentando distribuir essa produção para que ela fique mais perto das pessoas.

Quando você aproxima quem produz de quem consome alimento, isso pode ter um efeito no preço. Mas também tem um efeito ambiental: imagina o percurso que a comida faz de avião, caminhão, navio — tudo isso tem impacto no meio ambiente. Então, quando promovemos essa aproximação entre quem produz e quem consome — o que chamamos de circuitos curtos de abastecimento —, isso tem impacto ambiental, social, econômico e na saúde das pessoas também. É por isso que precisamos de um sistema: como você vê, há muita coisa a juntar para conseguirmos de fato ter sistemas alimentares que garantam às pessoas o acesso a um alimento saudável, que faça bem ao planeta e à nossa saúde ao mesmo tempo.

O Plano Brasil Sem Fome depois da saída do Mapa da Fome

Isadora Santos: Probleminhas e problemões, não é? E, a cada fala das nossas convidadas, percebemos que é uma teia que só se expande e se conecta cada vez mais — inclusive esse ilustre desconhecido [o Sisan]. Secretária, continuando com você, queria entender um pouco mais como está funcionando o Plano Brasil Sem Fome agora que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome.

Valéria Burity: Sair do Mapa da Fome foi uma grande conquista, porque fizemos isso em pouco tempo. Eu sempre digo: isso não é um raio em céu azul. Veio porque o Brasil tomou o tema como prioritário e adotou políticas públicas — Bolsa Família, restaurantes, cozinhas, cisternas —, esse conjunto de ações do governo para que as pessoas consigam ter acesso à alimentação na sua vida, na escola, em casa. Conseguimos reduzir muito: tínhamos 33 milhões de pessoas passando fome em 2022 e, na última pesquisa, com a mesma metodologia, cerca de 6 milhões.

Comemoramos muito essa vitória, mas reconhecemos que precisamos chegar a cada uma dessas 6 milhões de pessoas. E, à medida que vamos reduzindo a fome — o nosso presidente até falou isso —, vai ficando mais difícil. É como garimpar: fica mais difícil chegar a esse núcleo de pessoas que ainda passam fome. Então, agora temos uma estratégia para identificar essas pessoas por meio dos sistemas que temos. O sistema de saúde, hoje, está procurando identificar pessoas em risco de insegurança alimentar. Quando são identificadas, elas são marcadas no Cadastro Único. A partir dessa marcação, o governo federal prioriza a inclusão delas em políticas públicas — e estamos mobilizando o Sisan, os estados e municípios que aderiram ao Sisan, para que também as incluam.

Então, o Brasil Sem Fome, hoje, tem um conjunto de ações de grande escala, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos, que é importante que se mantenha. É quase como dizer: essas políticas têm de ficar até acabarmos com a fome, até melhorarmos muito a situação do país, senão podemos regredir. E, ao mesmo tempo, identificar quem ainda passa fome para incluir essas pessoas nas políticas públicas. Essa é a cara do Brasil Sem Fome hoje.

Além disso, o principal instrumento do Sisan é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, além do combate à fome, temos esse plano, feito também a partir das recomendações do Consea, que olha não só para a fome, mas para as mudanças climáticas, para a garantia de uma alimentação adequada, para ações voltadas a povos e comunidades tradicionais e à população negra, para todo o abastecimento alimentar — e ainda para fora: uma parte do plano trata de como podemos ter ações de cooperação com outros países, para que eles também consigam superar a fome e atingir esse grande objetivo mundial, que é erradicar a fome em todo o mundo.

Informação contra o preconceito

Érica Braz: Beta, contigo agora. Este videocast é uma maneira que encontramos de levar informação à sociedade — como eu disse, de tornar o Sisan famoso — e de traduzir o que é a segurança alimentar. Queria que você comentasse: por que precisamos produzir informação sobre segurança alimentar? Produzir informação é uma forma de combater a fome?

Elisabetta Recine: Claro, claro. Por quê? Porque ainda existe muito preconceito na sociedade. Quando você acha que uma pessoa empobrecida está naquela situação porque quer, porque é preguiçosa, porque não tem força de vontade, e que, consequentemente, está passando fome por causa disso, estamos criando um preconceito que é uma barreira para a solução. Qualquer pessoa em situação de pobreza, de desigualdade, de violência, de fome, sofre aquilo individualmente ou dentro de casa, na sua comunidade, mas aquilo é um problema coletivo, um problema social.

Quando tínhamos 33 milhões de pessoas passando fome — pense num país com 33 milhões de pessoas passando fome: dá para pensar que esse país tem futuro? Não. Por quê? Porque isso mexe com toda a estrutura da sociedade, reduz as possibilidades, reduz os sonhos. Quando chegamos a 6 milhões, por que comemoramos essa redução? Porque estamos muito mais perto de ser o que já somos e o que podemos vir a ser.

Então, a informação é fundamental, porque é onde quebramos preconceitos, quebramos a ignorância e criamos compromissos. Há uma frase circulando que diz: "Eu não passo fome, mas tenho compromisso com aqueles que passam". Então, tenho o compromisso de me movimentar, de contribuir para que isso acabe. Podemos pensar isso para qualquer problema social. Falamos isso, por exemplo, sobre a violência contra as mulheres: por que o homem tem de estar comprometido com isso? Porque a violência contra as mulheres faz mulheres morrerem e serem agredidas, mas também faz com que todo o país seja menos do que precisa ser. Com a fome é a mesma coisa.

Além de conhecermos as raízes, os determinantes desse problema, conhecer as formas de superá-lo faz com que também nos comprometamos com isso. E também precisamos ter consciência de que a experiência que o Brasil tem é de muito valor. Muito valor, porque não é qualquer país — mesmo entre os desenvolvidos — que tem isso. Você pode ir à Europa: eles não têm um sistema que coordena a política pública como o nosso, nem a participação social que temos. Não é à toa que o governo e o Conselho recebem muitas visitas de outros países. E por que há no Plano uma diretriz de cooperação

internacional? Porque temos muito a aprender com os outros, mas também muito a ensinar. Então, a informação, em todas as suas vertentes, é fundamental. E é muito legal que vocês estejam fazendo isso — muito bom, muito necessário.

O que garante que a saída do Mapa da Fome seja permanente

Isadora Santos: Secretária, o que precisa acontecer para que a saída do Mapa da Fome seja uma mudança permanente e estrutural?

Valéria Burity: Acho que a primeira coisa é entender que temos hoje um conjunto de programas — esses de que falamos aqui várias vezes — que são importantes. Não é porque a fome diminuiu que eles devem deixar de existir. Assim como a saúde é uma política contínua, a política de segurança alimentar e nutricional, a política de combate à fome, também deve ser contínua. Temos de manter esses programas.

E temos de superar as questões estruturais que geram a fome: garantir que as pessoas tenham emprego e uma renda suficiente para ter acesso a tudo de que precisam; garantir que os grupos que dependem dos seus territórios tenham seus territórios; garantir reforma agrária e reforma urbana. Enfim, temos de ir de fato à estrutura daquilo que gera desigualdade. Porque, quando produzimos mais alimentos do que precisamos e ainda há gente passando fome, é porque há injustiça no nosso país e no mundo. Então, trata-se de superar tudo o que causa essas desigualdades, tudo o que gera fome e insegurança alimentar e nutricional, e garantir que isso não cresça, não volte.

Acho que temos tudo para continuar reduzindo o número de pessoas com fome, se esse for um tema verdadeiramente importante — não só para o governo federal, mas para os governos estaduais e municipais, para a sociedade, independentemente do partido ou da ideologia de cada um. Se isso for realmente um compromisso, e se entendermos que existem questões que historicamente vão gerando desigualdade... Eu sempre digo que este país passou anos transformando diversidade em desigualdade. Se conseguirmos superar isso, teremos um país mais igual, onde todo mundo vai conseguir se alimentar direitinho, com uma comida que faz bem para a saúde. E, se tivermos compromisso com o meio ambiente — não temos mais tempo a perder —, vamos entender que temos de produzir alimentos sem contribuir para tudo o que está acontecendo.

Então, trata-se de termos consciência da relevância desse tema. Sempre dizemos que a segurança alimentar e nutricional não é só garantir o direito à alimentação: ela tem a ver com a forma como desenvolvemos o nosso país. É uma estratégia de desenvolvimento. Por isso é muito importante que os diferentes ministérios e os diferentes entes federativos tenham compromisso com essa pauta. Se todo mundo souber que isso é um direito, e se todo mundo que está no Estado souber que isso é uma obrigação, conseguiremos avançar e garantir a alimentação como direito no nosso país.

Érica Braz: É muito forte quando você fala de não termos mais tempo. Quem tem fome tem pressa.

Elisabetta Recine: Sim. Que o Mapa da Fome fique no nosso passado.

Valéria Burity: É isso. O governador da Bahia [nome registrado na transcrição como "Otávio"] fez uma vez uma fala muito bonita: "É importante ter restaurante e cozinha, mas queremos que um dia isso seja um museu". Ou que venhamos ao restaurante comunitário para celebrar alguma coisa, fazer uma festa, celebrar a cultura, a comunidade — mas que, um dia, isso seja um museu. Acho que é o desejo de todo mundo.

Quando vai chegando a hora do almoço e a fome vai apertando, a gente já fica de mau humor. Imagina quem não sabe se vai conseguir comer. É um sofrimento muito grande. Então, é importante que as pessoas tenham consciência e que as pessoas que passam fome não sejam responsabilizadas por isso, porque, como a Beta disse, isso é o fracasso de uma nação, não o fracasso de uma família. Acho que é por isso que estamos aqui. E não somos só eu e a Beta: há muita gente — são 24 ministérios [na Caisan], há mais de uma secretaria no MDS trabalhando com esse tema. É muita gente trabalhando para isso acontecer.

Rodada final de respostas curtas

Isadora Santos: Agora, para irmos encerrando o videocast, vou copiar um quadro da Marília Gabriela — para os jovens que nos assistem, uma entrevistadora maravilhosa —, que fazia perguntas cuja resposta tinha de ser uma palavra só. Vou deixar vocês usarem até duas, mas, de preferência, uma. Começando pela secretária, rapidinho. Uma ou duas palavras, hein? Uma política pública que não pode parar.

Valéria Burity: Programa Bolsa Família.

Isadora Santos: Beta, um desafio que ainda precisa ser superado.

Elisabetta Recine: Racismo.

Isadora Santos: Secretária, uma conquista dessa agenda que merece ser celebrada.

Valéria Burity: A saída do Mapa da Fome.

Isadora Santos: Beta, uma prioridade para o futuro.

Elisabetta Recine: Muita comida saudável para todo mundo.

Isadora Santos: Mais de duas palavras, mas a gente perdoa: a frase ficou tão bonita que a gente perdoa. E agora, para fechar mesmo, a mesma pergunta para as duas, começando pela secretária: o que significa para vocês um Brasil verdadeiramente sem fome?

Valéria Burity: Um país com soberania alimentar e com um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional forte.

Elisabetta Recine: É um Brasil soberano, como temos todas as condições de ser — e somos.

Valéria Burity: Érica, eu queria só acrescentar uma coisa, porque falei do Bolsa Família, que foi um programa muito atacado recentemente. O nosso sonho também é que um dia ele acabe. Mas, enquanto houver gente que não tem renda para comprar sua comida, é importante que ele exista. Só que ele, sozinho, não é suficiente. Por isso defendemos o sistema de segurança alimentar, com esse conjunto de ações que, de um lado, gera emprego; de outro, oferece proteção social; e também incentiva a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis. Tudo isso junto é muito importante.

Encerramento

Érica Braz: Não à toa, dando uma volta pelo nosso estúdio, temos aqui o Bolsa Família, o SUAS, atrás da secretária, o Gás do Povo, as Cisternas, o Programa Acredita — o nosso novato, nosso filho mais novo

— e um belíssimo... Por favor, Elisabetta, faça as honras e mostre para a câmera o nosso belíssimo prato de comida. E nem deu para ter todos, não é? O que faltou no prato, secretária? A senhora falou antes.

Valéria Burity: Quando fomos apresentar o Brasil Sem Fome ao presidente, havia uma foto igual a essa. Ele olhou e disse: "Faltou só um ovo" — frito, assim.

Érica Braz: Presidente Lula. Muito bem, concordo, presidente: um ovinho frito é muito bem-vindo.

Elisabetta Recine: Ah, gente, e uma farofinha.

Érica Braz: Eita! Esse prato está crescendo, não é? Ainda bem. E esta nossa conversa mostrou que combater a fome vai muito além de garantir comida no prato: é um conjunto de ações, um trabalho que envolve muitas pessoas atuando pelo acesso aos alimentos, pela saúde, pela educação, mas principalmente pela garantia de direitos. Quero agradecer, Valéria e Beta, pela presença, pela dedicação e pelo trabalho maravilhoso que vocês fazem. E muito obrigada por terem explicado e elucidado tanta coisa para nós hoje.

Valéria Burity: Valeu, foi muito bom. Obrigada.

Elisabetta Recine: Obrigada, Isa. Obrigada, Érica. Estamos à disposição.

Isadora Santos: Muito obrigada. A todos que nos acompanharam até aqui, o nosso muito obrigada. Esta é uma série de seis episódios, e este é o segundo, em que abordamos a saída do Brasil do Mapa da Fome e a busca pela segurança alimentar. É um sonho possível que está acontecendo, gente. Esperamos vocês no próximo episódio.

Érica Braz: O QR Code que aparece na tela leva vocês às redes sociais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Visitem, compartilhem e comentem este conteúdo com quem vocês acharem que precisa saber dos avanços maravilhosos que o Brasil tem conquistado em segurança alimentar. O compromisso está feito, não é, Isa? Semana que vem, terceiro episódio. Esperamos todo mundo. Muito obrigada. Tchau, tchau.

Isadora Santos: Tchau.

2. Resumo do episódio por tema

Síntese dos principais temas da conversa, com a posição de cada participante.

Objetivo do episódio

Érica Braz e Isadora Santos: Depois de explicar, no primeiro episódio, o que é o Mapa da Fome, a série discute agora o que precisa funcionar "para valer" para erradicar a fome no Brasil. As convidadas trazem duas perspectivas: a do governo (Valéria Burity, MDS) e a da sociedade civil (Elisabetta Recine, Consea).

Histórico: a fome como escolha política

Elisabetta Recine: Partiu de Josué de Castro e da *Geografia da Fome*: a fome não é fenômeno natural, mas resultado de escolhas políticas e econômicas, e tem raízes estruturais (racismo, desigualdade de gênero, falta de terra e território). A luta contra a fome nasceu na sociedade civil (reforma agrária, preço dos alimentos, políticas sociais) e virou responsabilidade do Estado com o Fome Zero, a partir do fim de 2002, quando Lula prometeu três refeições diárias para todos. Seguiram-se a criação do Sisan (2006), a primeira saída do Mapa da Fome (2014), o retorno ao Mapa "porque o compromisso foi desfeito" e a retomada do pacto em 2023, com os resultados de 2025. O desafio agora é "nunca mais voltar". Como a fome não é homogênea (indígenas, cidade, campo), a política pública precisa de precisão.

Valéria Burity: Reforçou dois pontos da fala de Recine: se a fome é escolha política, também se pode escolher não ter fome; e, quando o chefe de Estado define uma agenda como prioritária, vêm recursos, pessoas, instituições e leis.

Participação social: o papel do Consea

Elisabetta Recine: Lembrou que o Consea teve uma breve existência nos anos 1990, foi extinto e voltou com o Fome Zero, em 2003. Como os demais conselhos de políticas públicas, é o espaço em que a sociedade civil "pede, vigia e propõe": diz se a política funciona, define prioridades a partir de quem vive o problema e leva ao Estado experiências nascidas nos territórios, que depois se tornam programas reconhecidos no Brasil e no mundo.

Valéria Burity: Deu como exemplo as cisternas, política que nasceu da escuta da sociedade civil no semiárido e salvou milhares de vidas: quem vive o problema tem a solução, e o poder público "vai ter que ouvir".

A arquitetura do Sisan: Conselho, Câmara e Plano

Valéria Burity: Explicou que o Consea desenhou um sistema para garantir a alimentação como direito, assim como o SUS garante a saúde. Esse sistema tem três engrenagens. O Conselho (participação social). A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a Caisan, que reúne produção, renda, política econômica e ambiental. E o Plano, que define prioridades, recursos e prazos. Esse desenho se repete em estados e municípios, formando o Sisan.

Elisabetta Recine: Descreveu o Sisan como "famoso sem que saibam o nome": ele está no restaurante popular, na cozinha solidária, no banco de alimentos, na agricultura familiar na alimentação escolar e no atendimento do CRAS. Tem 20 anos, mas sofreu seis de paralisia, ou seja, uns 15 anos de implementação efetiva. Sua função é articular setores para olhar "antes, ao lado e depois do prato": produção, transporte, comercialização, preço e, hoje, o impacto climático. O maior desafio é romper o trabalho "em caixinhas": o Sisan exige que cada setor ouça o outro e aceite mudar seu jeito de fazer.

Como funcionam o Consea e a Caisan

Valéria Burity: Explicou que o Consea assessora diretamente a Presidência da República: indica o que funciona e o que não funciona, onde há fome e por quê, quais grupos precisam de mais políticas e de que forma elas devem chegar a eles. Foi o próprio Conselho que propôs a criação da Caisan, para reunir no mesmo espaço as áreas de governo ligadas à produção, à renda, à política econômica e à política ambiental. Consea e Caisan elaboram juntos o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com prioridades, recursos e prazos. Destacou que essa estrutura, de conselho, câmara e plano, se repete nos estados e nos municípios.

Elisabetta Recine: Detalhou o funcionamento das duas instâncias e a relação entre elas. A Caisan reúne hoje 24 ministérios no nível federal, que também têm assento no Consea. Nos estados e municípios, o número de setores é livre (há estados com 8, 10 ou 15); o que importa é que analisem a realidade local e decidam prioridades. Na Caisan, cada setor relata e presta contas dos problemas sob sua responsabilidade. Quando uma questão envolve mais de um setor, há negociação: se é prioritária, como atuar, com quanto recurso, qual meta e em que prazo. É um processo de planejamento e pactuação. A Caisan recebe as propostas, as demandas e o monitoramento do Consea, analisa, faz balanços e aceita algumas propostas e outras não. O Conselho acompanha e cobra o que foi aceito e implementado.

O Consea mistura o tempo todo sociedade civil e governo, porque "não adianta a sociedade civil conversar sozinha": os pactos e as disputas acontecem ali dentro. "Ele é maravilhoso, mas não é um paraíso": há divergências dentro da sociedade civil e entre ela e o governo, e o Conselho busca consensos, que encaminha à Caisan e à Presidência da República. No topo do sistema está a Conferência Nacional. Ela é construída a partir dos municípios, regiões e estados, que elegem delegados, e quem chega a ela não fala em nome pessoal, mas em nome do que representa.

Apontou ainda a nova fase de articulação horizontal. Os presidentes dos conselhos estaduais já se reúnem numa comissão dentro do Consea nacional para trocar soluções e levar demandas ao governo federal. Agora, num processo conduzido por Valéria Burity na Caisan nacional, as câmaras de todos os estados e do Distrito Federal também passaram a se sentar juntas para pactuar. O próximo passo é levar essa articulação aos municípios, entre eles e com seus estados, como um "caleidoscópio" cujas peças ainda precisam ser organizadas.

O Sisan no município

Luciane Rocha Lima (vídeo): Apresentou o sistema de São Cristóvão (SE): Caisan e conselho municipais atuantes, plano municipal monitorado e avaliado, e o primeiro Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do estado e do Nordeste, que faz a governança intersetorial do sistema.

Valéria Burity: Destacou que o município é "a primeira face do Estado" para as pessoas e executa programas federais como o PNAE e o acompanhamento do Bolsa Família pelos CRAS. Para aderir ao Sisan, o município manifesta interesse, cria conselho e câmara e elabora um plano que funcione como "retrato" local de problemas e potencialidades. A governança serve para adequar a política a cada contexto, por exemplo: emprego, transporte e comida acessível nas periferias; acesso ao território (*tekoha*) para povos como os Guarani Kaiowá. As pesquisas mostram que a combinação de políticas (Bolsa Família, alimentação escolar, restaurante popular) é o que permite superar a pobreza. A adesão municipal saltou de 536 municípios em 2023 para 2.460, devendo passar de 2.500.

Para além da fome: má nutrição e clima

Érica Braz: Propôs discutir três desafios além da fome: obesidade, alimentação inadequada e mudanças climáticas.

Valéria Burity: Argumentou que fome e obesidade têm causas comuns: renda baixa, que leva a escolher produtos baratos como os ultraprocessados ("fórmulas" com gordura, sal e corantes, e não alimentos); falta de informação; e ambientes alimentares sem comida saudável a preço justo. Ambas afetam sobretudo pessoas empobrecidas e mulheres. Defendeu a abordagem de sistemas alimentares, do campo ao aproveitamento biológico do alimento. Sobre o clima, apontou que o uso da terra no Brasil emite muitos gases de efeito estufa e que secas, enchentes e quebras de safra encarecem os alimentos. Defendeu superar desigualdades de raça, gênero e território (Norte e Nordeste), produzir com mais autonomia diante de conflitos internacionais que afetam energia e combustíveis, descentralizar a produção (como no programa Arroz da Gente) e fortalecer circuitos curtos de abastecimento, com ganhos de preço, ambientais, sociais e de saúde.

Plano Brasil Sem Fome após a saída do Mapa da Fome

Valéria Burity: Atribuiu a saída do Mapa da Fome à prioridade política e a políticas públicas: "não é um raio em céu azul". A fome caiu de 33 milhões de pessoas em 2022 para cerca de 6 milhões na última pesquisa, mas alcançar esse núcleo restante "é como garimpar". A nova estratégia usa o sistema de saúde para identificar pessoas em risco de insegurança alimentar, marcá-las no Cadastro Único e priorizá-las em políticas federais, estaduais e municipais. As políticas de escala, como o Bolsa Família e o PAA, devem ser mantidas. Além disso, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, feito a partir de recomendações do Consea, trata de clima, alimentação adequada, povos tradicionais, população negra, abastecimento e cooperação internacional.

Informação contra o preconceito

Elisabetta Recine: Afirmou que informar é combater a fome, porque o preconceito de que o pobre passa fome "porque quer" é uma barreira para a solução. A fome é um problema coletivo: um país com 33 milhões de famintos reduz suas possibilidades e seus sonhos. A informação quebra preconceitos e gera compromisso de quem não passa fome. Destacou o valor da experiência brasileira: nem mesmo países europeus têm um sistema de coordenação e participação social como o Sisan. Por isso, o Plano tem uma diretriz de cooperação internacional, já que o Brasil tem "muito a aprender e muito a ensinar".

Como tornar a conquista permanente

Valéria Burity: Disse que a política de segurança alimentar deve ser contínua, como a de saúde: não se deve desmontar programas porque a fome caiu. É preciso enfrentar as causas estruturais: emprego e renda, acesso ao território, reforma agrária e reforma urbana. Afinal, se o país produz mais alimento do que precisa e ainda há fome, a causa é a injustiça. O Brasil "passou anos transformando diversidade em desigualdade". A segurança alimentar é uma estratégia de desenvolvimento e exige compromisso de todos os entes, independentemente de partido. Citou um governador da Bahia: restaurantes e cozinhas populares deveriam um dia virar "museu". E lembrou que a fome "é o fracasso de uma nação, não de uma família".

Elisabetta Recine: Completou: "Que o Mapa da Fome fique no nosso passado".

Respostas rápidas e encerramento

Valéria Burity: Política que não pode parar: o Bolsa Família. Conquista a celebrar: a saída do Mapa da Fome. Brasil sem fome: soberania alimentar e um Sisan forte. Acrescentou que o Bolsa Família, muito atacado recentemente, deve existir enquanto houver pessoas sem renda, mas não basta sozinho. Por isso é preciso o sistema, que combina emprego, proteção social e incentivo à produção e ao consumo de alimentos saudáveis. Contou que, ao ver a imagem do prato do Brasil Sem Fome, Lula disse que "faltou só um ovo".

Elisabetta Recine: Desafio a superar: o racismo. Prioridade para o futuro: "muita comida saudável para todo mundo". Brasil sem fome: um Brasil soberano, "como temos todas as condições de ser — e somos".

Érica Braz e Isadora Santos: Concluíram que combater a fome vai além de garantir comida no prato: é um conjunto de ações pela garantia de direitos. Anunciaram o terceiro episódio da série de seis.